

Moratória com Clube de Paris prossegue até o próximo ano

por Ivo Dawney
do Financial Times

O governo brasileiro confirmou que a suspensão de pagamentos do principal na dívida ao Clube de Paris, formado por países credores, continuará até o próximo ano. A decisão, que não era inesperada, significa que o Brasil não pagou cerca de US\$ 1 bilhão do principal da dívida ao Clube de Paris com vencimento neste ano. Os pagamentos previstos para 1987 referiam-se ao principal de empréstimos obtidos antes de 31 de março de 1983.

Os juros de empréstimos, em grande parte de agências de garantia de exportações de governos estrangeiros, ainda estão sendo pagos. Explicando a decisão, o embaixador Rubens Barbosa, responsável por Assuntos Internacionais no Itamaraty, disse que o Brasil simplesmente não possui recursos adequados para efetuar os pagamentos. Não houve nenhuma intenção de provocar uma nova confrontação com os credores do Clube de Paris que receberam cerca de US\$ 2 bilhões em pagamentos de juros neste ano, acrescentou Barbosa.

RELAÇÕES AGRAVADAS

As relações entre o Brasil e o Clube de Paris agravaram-se sensivelmente em janeiro passado quando os bancos estrangeiros concordaram relutantemente com a suspen-

são por seis meses dos pagamentos de principal sob intensa pressão do governo brasileiro.

Divulgou-se amplamente na época que o então ministro da Fazenda, Dilson Funaro, advertira James Baker, o secretário do Tesouro norte-americano, que o país declararia a moratória plena se a suspensão dos pagamentos não fosse aceita.

O acordo subsequente condicionou o Brasil a utilizar o período de carência de seis meses para adotar ajustamentos abrangentes na sua economia e a obter a aprovação do Fundo Monetário Internacional (FMI) para suas medidas.

Mas em julho quando os pagamentos deviam ser reiniciados, o Brasil declarou a moratória do principal, alegando que não tinha fundos suficientes para o pagamento. O credores do Clube de Paris também julgaram que um relatório do FMI sobre o país, embora amplamente favorável, mostrava que não foram tomadas medidas suficientes para corrigir a economia.

O conflito foi um paralelo à suspensão pelo Brasil de pagamentos de juros sobre dívidas de US\$ 63 bilhões, de prazo mais longo, aos bancos comerciais em 20 de fevereiro. Um acordo provisório de reescalonamento no reinício desses pagamentos foi alcançado

no mês passado e entra agora em vigor.

PRIMEIRO FMI

Brasília frisou que não se deve esperar que inicie negociações com o Clube de Paris até que tenha concluído um acordo de reescalonamento pleno, de muitos anos, com os bancos comerciais. Isto deve ser então seguido por um acordo

com o FMI, antes da retomada das conversações com os países credores.

O Clube de Paris sempre insistiu que o Brasil chegasse a um acordo pleno com o FMI sobre um programa de ajustamento econômico antes de aquela organização considerar o acordo de reescalonamento.